



Em Brasília, pedidos para Niterói

Os vereadores Paulo Bagueira, Carlos Magaldi e Waldeck Carneiro pediram a ministros e senadores, em Brasília, apoio para a educação e cultura da cidade. **Página 4**

CPI ouve Barcas SA em audiência

A Barcas SA justificou as filas, atrasos e o fim do serviço na madrugada com um déficit de R\$ 450 milhões, mas não convenceu o público que lotou a audiência da CPI. **Página 15**

Transporte escolar deve ser mais seguro

O vereador Rodrigo Farah apresentou projeto de lei para obrigar o transporte escolar a utilizar cintos de segurança e cadeirinhas para os pequenos passageiros. **Página 7**

Sessão solene marca os 80 anos da AFAC

Em sessão solene presidida pelo vereador Paulo Bagueira, foi homenageada a Associação Fluminense de Amparo aos Cegos, que completou 80 anos. **Página 14**

Caio Martins em debate público

Marino Azevedo

Depois de reunião com o governador Sérgio Cabral, que explicou aos vereadores e ao prefeito Jorge Roberto Silveira as ideias do Estado para o complexo do Caio Martins, os representantes do eleitorado niteroiense participaram de audiência pública que lotou a Câmara em debate sobre o assunto polêmico. **Pág. 5**



Sérgio Cabral explica a Jorge Roberto e vereadores sua proposta para o Caio Martins

Projetos contra a violência nas escolas

Sérgio Gomes

A proibição da venda de armas de brinquedo, instalação de detectores de metais, criação do serviço Disque-Escola, a prevenção do bullying nas escolas e a criação de Área Escolar de Segurança foram projetos de lei apresentados pelos vereadores Leonardo Giordano, Luiz Carlos Gallo, Paulo Bagueira, Padre Ricardo e Ricardo Cariello. Ainda em abril foi realizada audiência pública sobre a prática de violência física ou psicológica nas escolas, reunindo secretários de Educação e Direitos Humanos, religiosos e educadores. **Páginas 2 e 3**



Escolas recebem projetos de lei para terem mais segurança no dia-a-dia

Câmara Municipal de Niterói

Mesa Diretora

Biênio 2011/2012

Presidente: Paulo Roberto Mattos Bagueira Leal

1º Vice-presidente: Carlos Alberto Pinto Magaldi

2º Vice-presidente: Padre Wilde Ricardo

1º Secretário: Emanuel Rocha

2º Secretário: Sergio Fernandes

Comissões Permanentes:

Comissão de Constituição e Justiça

Presidente: Rodrigo Farah

Vice-presidente: Renato Cariello

Membros: Carlos Alberto Magaldi,
Leonardo Giordano e Roberto
Fernandes Jales (Beto da Pipa)

Comissão de Finanças e Orçamento, Defesa do Consumidor e Direitos do Contribuinte

Presidente: Carlos Macedo

Vice-Presidente: Milton Carlos Lopes (CAL)

Membros: Sergio Fernandes, Waldeck
Carneiro e Emanuel Rocha.

Comissão de Urbanismo, Transportes, Obras e Serviços Públicos

Presidente: Roberto Fernandes Jales
(Beto da Pipa)

Vice-Presidente: Carlos Macedo

Membros: Renato Cariello, Rodrigo Farah e
José Vitor Bissonho Júnior

Comissão de Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Sustentabilidade

Presidente: Edgar Folly (titular) -
Zaff (suplente)

Vice-Presidente: Roberto Jales (Beto da Pipa)

Membros: Carlos Macedo, Milton Carlos
Lopes (CAL) e Padre Wilde Ricardo

Comissão de Educação e Cultura

Presidente: José Vitor Bissonho Júnior

Vice-Presidente: Waldeck Carneiro

Membros: Sergio Fernandes, Carlos
Macedo e Padre Wilde Ricardo

Comissão Administração, Estatística e Servidores Públicos

Presidente: José Augusto Vicente

Vice-Presidente: Luiz Carlos Gallo de Freitas

Membro: João Gustavo

Comissão de Saúde e Desenvolvimento Social

Presidente: João Gustavo

Vice-Presidente: Geivaldo R. de Freitas
(Renatinho)

Membros: Emanuel Rocha, Rodrigo Farah
e Waldeck Carneiro

Comissão de Ciência e Tecnologia e Formação Profissional

Presidente: Waldeck Carneiro

Vice-Presidente: Milton Carlos Lopes (CAL)

Membro: Sergio Fernandes

Comissão de Esporte, Turismo e Lazer

Presidente: Luiz Carlos Gallo de Freitas

Vice-Presidente: Geivaldo R. de Freitas
(Renatinho)

Membro: Carlos Alberto P. Magaldi

Comissão de Segurança Pública e Controle Urbano

Presidente: Renato Cariello

Vice-Presidente: Carlos Alberto P. Magaldi

Membro: José Augusto Vicente

Comissão de Direitos Humanos, da Criança, do Adolescente, do Idoso, da Mulher e da Pessoa com Deficiência

Presidente: Geivaldo Ribeiro de Freitas
(Renatinho)

Vice-Presidente: Padre Wilde Ricardo

Membros: Luiz Carlos Gallo de Freitas,
José Vitor Bissonho Júnior e Waldeck
Carneiro

Comissão de Fiscalização das Fundações Municipais, Autarquias e Empresas Públicas

Presidente: Leonardo Giordano

Vice-Presidente: José Augusto Vicente

Membro: Milton Carlos Lopes (CAL)

Comissão de Desenvolvimento Econômico e Indústria Naval

Presidente: Milton Carlos Lopes (CAL)

Vice-Presidente: Renato Cariello

Membro: Waldeck Carneiro

Avenida Ermani do Amaral Peixoto nº 625 Centro, Niterói, RJ - CEP: 24020-073

Tel: (21) 3716-8600 - www.camaraniteroi.rj.gov.br

Informativo mensal da Câmara de Vereadores de Niterói

Conteúdo: Assessoria de Comunicação Social (jornalista responsável: Vinicius Martins)

Edição: Nota Bene Editora (editor: Gilberto Fontes) - Textos: Eduardo Garnier

Fotos: Luiz Barros, Sérgio Gomes e Arquivo da Câmara

Violência tema de

A segurança nas escolas de Niterói foi um dos temas com maior destaque em abril, quando vereadores se manifestaram sobre a tragédia na Escola Tasso da Silveira, em Realengo (Zona Oeste do Rio), em que 12 crianças foram mortas. Dentre os projetos apresentados abordando o tema, com a iniciativa de educar, prevenir, fiscalizar, denunciar e dar mais segurança aos alunos e professores, está a proibição da venda de armas de brinquedo, instalação de detectores de metais, criação do serviço Disque-Escola, um debate sobre o bullying nas escolas e a criação da Área Escolar de Segurança.

Detetor de metais e vigilantes

O vereador Gallo apresentou o projeto de lei 91/2011, instituindo o Programa Municipal de Segurança nos Estabelecimentos de ensino públicos e privados de todos os níveis da cidade. As escolas, cursos e demais instituições de ensino ficam obrigadas a implantar um sistema de acesso único, dotado de detectores de metais e acesso individual. O projeto determina que as escolas tenham agentes de segurança nos acessos. "Após o incidente de Realengo, percebemos o quanto as nossas escolas são vulneráveis a este tipo de ataque. A escola deveria ser um dos lugares a oferecer maior tranquilidade para alunos e pais, mas isso não acontece", ressalta Gallo.

Disque-Escola

Outra medida que pretende tornar melhor o ambiente escolar é o projeto de lei 93/2011, do vereador Paulo Bagueira, criando o Disque-Escola. Se aprovado vai permitir que alunos, pais, professores e o público em geral, façam denúncias e reclamações sobre o funcionamento das instituições de ensino. "Escolas em mau estado de conservação, falta de segurança interna ou nas ruas próximas, falta de professores, má iluminação e uma série de outras questões poderão ser denunciadas. Um número telefônico exclusivo e gratuito será fornecido e amplamente divulgado à população. Estamos criando um canal direto entre o cidadão e os órgãos de ensino", explica o autor do projeto de lei. O

cia longe das escolas, projetos de Lei



Projetos de lei apresentados em abril buscam tornar as escolas mais seguras e livres de violência

serviço ficará sob responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação, a quem caberá a apuração das denúncias e reclamações. Os fatos relatados terão caráter sigiloso. “As ocorrências serão repassadas aos órgãos competentes, como a direção da escola, a Ouvidoria do município e até mesmo ao Ministério Público, dependendo do conteúdo das informações”, diz Bagueira.

Área de segurança

Já o vereador Renato Cariello pretende criar as chamadas Áreas Escolares de Segurança através do projeto de lei 55/2011. Apresentado em 15 de março, e ainda em análise nas comissões, delimita cem metros dos portões de entrada e saída das escolas como prioridade especial do poder público municipal. “As medidas se fazem necessárias, pois diversas são as ocorrências nestes locais, entre elas os acidentes de trânsito, venda de drogas, bebidas, assaltos e outros delitos nas proximidades das escolas. Ali se encontra um grande número de pessoas, entre alunos, pais, professores e fun-

cionários”, afirma Cariello. Nessas áreas a Prefeitura deverá proibir, com mais rigor, a venda de produtos ilícitos, cuidar da iluminação, da poda de árvores, da eliminação dos terrenos baldios, de construções abandonadas e da manutenção da segurança do trânsito. A lei proposta pelo vereador também quer controlar o acesso de crianças e adolescentes a locais que explorem os jogos eletrônicos, como as *lan houses*.

Armas de brinquedo

Já o vereador Leonardo Giordano propõem a proibição da venda de armas de brinquedo em Niterói. Através do projeto de lei 100/2011, fica concedido o prazo de 60 dias, contados da aprovação, sanção e publicação da lei em Diário Oficial, para que os comerciantes retirem as armas de brinquedo de seus estoques e prateleiras. Aos infratores as penalidades vão da advertência à multa, chegando à suspensão das atividades comerciais e à cassação permanente da licença de funcionamento. “As multas vão de um a dez salários mínimos e, com base

no Código de Posturas Municipais, a loja pode ser fechada definitivamente. Se faz necessária a rediscussão dos símbolos violentos que a nossa sociedade reitera e reverencia a todo momento”, explica Giordano. O projeto também tramita pelas comissões permanentes.

Bullying nas escolas

Por iniciativa do vereador Padre Ricardo as escolas públicas da educação básica de Niterói deverão incluir em seu projeto pedagógico medidas de conscientização, prevenção e combate ao bullying. Pelo projeto de lei 212/2010, as unidades de ensino devem prevenir e combater a prática; e capacitar docentes e equipe pedagógica para a implementação das ações de discussão, prevenção, orientação e solução do problema. A lei prevê, ainda, que os educadores devem orientar os envolvidos visando à recuperação da auto-estima, ao pleno desenvolvimento e à convivência harmônica no ambiente escolar. “A família deve estar envolvida no processo de construção da cultura de paz nas escolas. O bullying consiste na prática de atos de violência física ou psicológica, intencionais e repetitivos, exercida por indivíduo ou grupos, contra uma ou mais pessoas, com o objetivo de intimidar”, explica Padre Ricardo.

Em abril, o vereador também realizou audiência pública sobre o bullying. Compareceram o representante da Secretaria Estadual de Educação, Luciano Santana; o subsecretário de Direitos Humanos, Henrique Viana; o bispo auxiliar de Niterói, dom Roberto Francisco Ferreira Paz; a secretária municipal de Educação, professora Maria Inês; o vereador Renatinho; diretores de escolas públicas e particulares; presidentes de Conselhos Tutelares; entre outras autoridades. “Esta Casa Legislativa, toma a iniciativa de integrar-se aos movimentos que procuram erradicar ou minimizar essa prática de violência entre alunos da rede pública”, disse Padre Ricardo.



Em Brasília, buscando melhorias para a cidade

Abril também foi o mês de movimentação dos legisladores de Niterói pela capital da República. No dia 13, os vereadores Paulo Bagueira, Carlos Magaldi e Waldeck Carneiro participaram em Brasília de audiências com ministros e senadores em busca de melhorias para Niterói. Discutiram com o ministro das Relações Institucionais, Luiz Sérgio, acompanhados pelos dirigentes da União das Escolas de Samba e Blocos Carnavalescos de Niterói, Ito Machado e Enézio da Fonseca, a possibilidade de a Petrobras patrocinar as oficinas de adereços, ritmistas e confecção de fantasias que a entidade já tem aprovada pela Lei Rouanet (de incentivo à cultura).

Segundo Paulo Bagueira, foi aprovada a cap-



Magaldi, Bagueira e Waldeck Carneiro com o ministro Luiz Sérgio, em seu gabinete, em Brasília

tação de patrocínio de até R\$ 1,9 milhão, destinado a formar profissionais para a produção do carnaval da cidade. “Imediatamente, o ministro marcou uma reunião nossa com a coordenadora de Projetos Culturais da Petrobras, Luisa Botelho, e a ela pleiteamos que as escolas se profissionalizem e sejam um espaço para formar mão de obra capacitada para a indústria carnavalesca”, disse Carlos Magaldi.

Outro tema abordado pelos vereadores foi a possibilidade de o Cinema Icaraí se transformar em um Polo Cultural, abrigando salas de projeção e a sede da Orquestra Sinfônica Nacional da Universidade Federal Fluminense, que administraria o novo espaço cultural da cidade. “O ministro Luiz Sérgio conhece este

projeto e tem simpatia por ele. Solicitamos a ele apoio para que o Ministério da Educação continue a incentivar esta nossa proposta. Também pedimos e conseguimos do ministro uma audiência com os dirigentes dos Correios, para que o prédio histórico da empresa, no Centro de Niterói, seja transformado em uma unidade da escola técnica federal”, disse Waldeck Carneiro **(detalhes na pág. 15)**

Os vereadores também estiveram com o secretário nacional de Articulação para Estados e Municípios do Ministério da Educação, Carlos Abi Kalil, e a Câmara de Niterói convidou o ministro Fernando Haddad para participar de audiência pública dia 24 de maio sobre a desapropriação do prédio do Cinema Icaraí.

Vereadores debatem solução para hospital

A Câmara de Vereadores realizou audiência pública no auditório do Hospital Municipal Orêncio de Freitas, no Barreto, para discutir a situação da unidade. Por iniciativa do presidente da Comissão de Saúde e Desenvolvimento Social, vereador João Gustavo, e dos demais integrantes (Renatinho, vice-presidente; Emanuel Rocha, Rodrigo Farah e Waldeck Carneiro, membros), a proposta de devolver o hospital ao governo federal está sendo debatida com a sociedade. “Vamos a Brasília procurar o ministro da Saúde, Alexandre Padilha, e pedir ajuda. Poderíamos ter uma linha de crédito para a unidade sem, necessariamente, devolvê-la à União”, afirmou João Gustavo.

O prefeito Jorge Roberto Silveira tem afirmado que a proposta de devolver o hospital à União se deve à alta despesa da unidade, o que estaria “desequilibrando os investimentos em saúde” na cidade, e devido

ao fato de a maior parte dos pacientes atendidos ali serem de outros municípios. Durante a audiência pública foram discutidos os problemas enfrentados pelo hospital, como falta de equipamentos e de profissionais, dentre eles anestesistas e cirurgiões.

— A Comissão de Saúde já tinha conhecimento dos fatos, mas achamos importante ouvir médicos, enfermeiros, pacientes, familiares, a direção, a comunidade local, todos os envolvidos nessa grave situação. O prédio ao lado do hospital está praticamente desativado. O telhado está com infiltração. A caixa d’água corre o risco de quebrar, a situação é crítica — ressalta João Gustavo.

O vereador Waldeck Carneiro e o diretor do Orêncio de Freitas, Amaro Alexandre Neto, também participaram da mesa. Em maio, após cumprir o calendário de visitas a todas as unidades de saúde municipais de Atenção Básica e da Área Hospitalar, novas audiências poderão ser realizadas e o relatório final enviado a todos os vereadores, ao prefeito e a entidades interessadas no tema.

Destino do Caio

Martins mobiliza vereadores e opinião pública

Público lota galerias e o plenário da Câmara em audiência pública que entrou pela madrugada

Um debate sobre o destino do Caio Martins lotou o plenário e as galerias da Câmara de Vereadores durante audiência pública, presidida pelo vereador e presidente Paulo Bagueira, que contou com a presença de quatro secretários de Estado. Uma notícia veiculada na Imprensa, informando que o complexo esportivo poderia ser vendido pelo governo estadual, causou reação da opinião pública e acirrou os debates no Legislativo. Depois dos vereadores cobrarem explicações sobre a proposta do Governo estadual para o Estádio, mais de 20 pessoas entre representantes de partidos políticos, moradores de bairros próximos ao Estádio, atletas, representantes de instituições e organizações não governamentais subiram à tribuna para pedir mais informações, cobrar investimentos do Estado no Caio Martins e refutar a possibilidade de venda do complexo esportivo.

Regis Fichtner, da Casa Civil; Márcia Lins, de Esporte e Lazer; Felipe Peixoto, de Desenvolvimento Regional, Abastecimento e Pesca; Sergio Zveiter, de Trabalho e Renda; e Alexandre Felipe, subsecretário da Região Metropolitana, compareceram à Câmara para ouvir a população e os vereadores. Foram unânimes ao afirmar que “não há proposta definida”, e que o objetivo do governador Sérgio Cabral é receber projetos e debater com a sociedade o que fazer.

— Com a devolução do Caio Martins pelo Botafogo, surgiu a necessidade de definir o que será feito. Queremos lançar um edital, receber projetos e discuti-los. Nada acontecerá sem consenso — disse Regis.

Insatisfeito com as argumentações dos re-

presentantes estaduais, o vereador Luiz Carlos Gallo disse não ter dúvida de que a intenção do Estado é realmente privatizar o Complexo, e reclamou da falta de diálogo. “Há seis anos pedimos audiência ao governador Cabral e nunca tivemos sequer uma resposta aos nossos ofícios. Bastou apresentarmos a proposta de tombamento do Caio Martins para que ele corresse a convidar a Câmara para uma reunião. Não estou satisfeito com as explicações e continuo a defender o tombamento”, disse ele.

Reunião com o governador

Um dia antes da audiência, participaram de reunião com o governador, agendada pelo vereador João Gustavo e pelo secretário estadual Felipe Peixoto, onze vereadores e o prefeito Jorge Roberto Silveira.

Cabral foi taxativo ao afirmar que não tinha uma proposta fechada para o estádio, mas que via as Olimpíadas como “uma oportunidade para que Niterói consiga modernizar seu principal equipamento esportivo. Se não tiver consenso não fazemos nada, mas lamentos”, afirmou o governador.

Ao sair do encontro o presidente Paulo Bagueira e o grupo de vereadores asseguraram que o Legislativo “será intransigente na defesa dos interesses da população e que o espaço não deve ser transformado em unidades habitacionais.

— Defendemos a ideia da revitalização do Caio Martins para as Olimpíadas de 2016, mas ainda há muita polêmica e resistência dos vereadores quanto a uma possível participação da iniciativa privada. Quere-

mos conhecer o projeto e defendemos a proposta do Edital de Manifestação de Interesse que o governador disse que irá publicar — afirmou Bagueira.

Participaram da reunião, além de Bagueira e Jorge Roberto, os vereadores Carlos Magaldi, Emanuel Rocha, Rodrigo Farah, Renato Cariello, Beto da Pipa, João Gustavo, José Augusto Vicente, Waldeck Carneiro, Milton Cal e Padre Ricardo. Também estiveram presentes os secretários Felipe Peixoto e Sergio Zveiter; e o deputado federal, Chico D’Ángelo (PT).

Dois projetos na Câmara

Os vereadores Luiz Carlos Gallo, Vitor Junior e Zaff, autores do pedido para realização de audiências públicas para discutir as propostas para o Caio Martins, tomaram outras iniciativas. Vitor Junior pretende incluir o local no Plano Urbanístico Regional das Praias da Baía, como parque urbano. Por sua vez, Gallo e Zaff têm projeto propondo o tombamento de todo o complexo. A medida, se aprovada, vai impedir que o complexo possa ser vendido ou descaracterizado.

No dia 5 de maio, após a audiência pública, o vereador Zaff pediu, para cumprimento da legislação, que o projeto antes de ser votado em segunda discussão seja analisado pelo Conselho Municipal de Cultura.

Enquanto onze vereadores ouviam a colocação do governador, Vitor Junior, Gallo, Renatinho e Leonardo Giordano fizeram um café da manhã comunitário na porta do estádio, em protesto contra qualquer tentativa de venda daquele espaço.



Ambiente ganha comissão para promover Sustentabilidade

A cidade conta agora com mais um aliado na luta em prol do meio ambiente. Foi instalada na Câmara de Vereadores a Comissão Legislativa de Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Sustentabilidade (COMARHS) que tem como uma das principais finalidades servir de fórum de debate sobre as questões ambientais de Niterói. A comissão permanente foi criada, sem aumento de despesas, para adaptar a cidade aos desafios da sustentabilidade.

Presidida pelo vereador José Antonio Fernandez, o Zaff, a COMARHS reúne representantes da sociedade civil, das concessionárias que prestam serviços ao município e de órgãos do poder Executivo. Zaff afirma que a comissão terá um papel consultivo, fiscalizador e indicador. “Tudo relacionado ao meio ambiente poderá ser proposto como pauta neste espaço. O ideal é trabalharmos em parceria. Só assim ajudaremos uns aos outros e todos poderão ajudar Niterói a ser uma cidade sustentável”, diz o vereador.

Os vereadores Beto da Pipa, Carlos Macedo, Cal e Padre Ricardo compõem a comissão que servirá, inclusive, para apresentações. Segundo Zaff, a COMARHS já mostra resultado positivo: a formação de um núcleo especial para eventos voltados para educação ambiental, que vai elaborar, entre outros, a Semana do Meio Ambiente, com palestras no plenário e exposições ecológicas no hall e corredores da Câmara. Os próximos encontros estão agendados para os dias 16 de maio, 20 de junho, 15 de agosto, 19 de setembro, 10 de outubro, 7 de novembro e 5 de dezembro, sempre às 17h30m, no auditório Cláudio Moacyr de Azevedo, no segundo andar da Câmara de Niterói.



Vereador Zaff preside reunião da Comissão de Meio Ambiente

Águas de Niterói

A COMARHS reuniu-se no dia 18 de abril com o gerente de Operações da Águas de Niterói, Leonardo Righetto, para ouvir as explicações da empresa sobre o acidente na Estação de Tratamento de Esgoto Toque-Toque, na Ponta da Areia. Em sua segunda reunião do ano, o tema principal da Comissão ficou por conta do rompimento da estação.

Questionado pelos presentes sobre a causa do acidente na ETE Toque-Toque, Righetto disse que o rompimento aconteceu no segundo módulo e que isso não prejudicaria o tratamento de esgoto, pois o módulo um continuava em atividade. Adiantou, ainda, que todos que foram prejudicados serão ressarcidos pela concessionária Águas de Niterói.

Comissionados só com ficha limpa

O vereador Renatinho apresentou, no final de 2010, o projeto de lei 243 propondo que secretários, subsecretários municipais e todas as pessoas que venham a ocupar cargos em comissão na cidade não possam ter antecedentes criminais e cíveis incompatíveis com a moralidade da administração pública. Segundo o legislador, Niterói é considerada uma cidade que possui muitos cargos em comissão, “livres de nomeação e exoneração”. O projeto de lei apresentado prevê que pessoas consideradas inelegíveis pela le-

gislação eleitoral, também não poderão ocupar aqueles cargos.

Para Renatinho seria inaceitável, por exemplo, que alguém que não pode se candidatar a prefeito por ser ficha-suja, possa ser nomeado para secretarias importantes que movimentam milhões de reais. Ressalta Renatinho que a proposta é uma forma de garantir maior responsabilidade dos agentes públicos ao nomear assessores diretos.

— Em 2010, a Lei Complementar 135, conhecida como lei da Ficha Limpa, foi aprovada graças à mobilização de milhões de brasileiros e se tornou um marco fundamental para a Democracia e a luta contra a corrupção e a impunidade no país — disse Renatinho.



Moradora de Piratininga mostra a cerca elétrica que protege sua casa de invasão de ladrões

Cercas dentro da lei

Está em vigor a lei de autoria do vereador José Augusto Vicente que dispõe sobre a instalação, utilização e funcionamento das cercas eletrificadas em imóveis residenciais ou comerciais. Pelo texto aprovado, a instalação só será permitida mediante requerimento à Secretaria Municipal de Urbanismo, acompanhado de projeto elaborado e assinado por responsável técnico habilitado pelo Conselho Regional de Engenharia. “O projeto para ser autorizado tem que vir com responsável técnico, o tipo de corrente elétrica que será usada e a especificação da potência máxima, dentre outras exigências. Desta forma não estamos

proibindo essas cercas, mas criando normas para que não sejam instaladas armadilhas que possam custar vidas humanas”, afirma o vereador.

Pela lei, a montagem das cercas só poderá ser feita na parte de cima dos muros com altura mínima de dois metros e vinte centímetros. Nos casos em que forem instaladas na divisa entre dois imóveis, a cerca deverá manter uma inclinação de quarenta e cinco graus. “A cada espaço de cinco metros de extensão é obrigatória a colocação de placas de advertência com a inscrição ‘Atenção: cerca eletrificada’, em letras legíveis e de fácil visualização”, diz José Augusto.

Diz ainda o texto aprovado que a potência utilizada não poderá ser capaz de causar risco de morte instantânea. O descumprimento da lei implica, além de processo civil e criminal, em advertência; retirada da cerca com presença da polícia, se necessário; e aplicação de multa.

A proposta de regulamentar a instalação de cercas elétricas havia sido vetada pelo prefeito Jorge Roberto Silveira. Durante sessão plenária, no início de março, o veto acabou sendo derrubado em plenário pela maioria dos vereadores. A fiscalização sobre a execução e cumprimento da lei caberá à Fiscalização de Posturas e os imóveis que já utilizam o mecanismo têm prazo de 120 dias para se adequarem às novas regras.

Transporte escolar com mais segurança

O vereador Rodrigo Farah aguarda parecer de comissões da Câmara para o projeto de lei 01/2011, de sua autoria. Ele estabelece que crianças menores de dez anos, matriculadas nas unidades de ensino da cidade, deverão ser transportadas nos bancos traseiros usando, individualmente, o cinto de segurança ou um sistema de retenção equivalente. A medida obedece a Resolução 277, baixada pelo Contran (Conselho Nacional de Trânsito), cujo parágrafo 1º prevê que crianças com até um ano de idade deverão utilizar, obrigatoriamente, o dispositivo de retenção denominado bebê conforto ou conversível.

Segundo dados da Ong Criança Segura, os acidentes de trânsito são a principal causa de mortes por acidentes envolvendo crianças até 14 anos de idade. “Em média, morrem no trânsito cerca de mil crianças por ano no Brasil. Grande parte dessa tragédia foi provocada pela

falta de uso da cadeirinha ou cinto de segurança pela criança no veículo”, afirma Rodrigo Farah. Estudos americanos demonstraram que o uso dos assentos de segurança, conhecidos como cadeirinhas, reduz em 71% o número de mortes de bebês de colo e em 54% as mortes de crianças de 1 a 3 anos. Nos 50% das mortes de crianças menores de 5 anos, verificou-se a falta do dispositivo de segurança.

A regra adotada pelo projeto vale para todo tipo de transporte escolar de Niterói, contratado para conduzir o aluno entre a residência e o estabelecimento de ensino em que esteja regularmente matriculado, e vice-versa. O descumprimento da lei, depois de aprovada, sancionada pelo Executivo e publicada em Diário Oficial, implicará ao infrator, sem prejuízo das demais sanções cíveis e criminais cabíveis, punições administrativas como a advertência, com a obrigação de adequação integral aos parâmetros estabelecidos no prazo de 30 dias e suspensão do certificado de registro, bem como da autorização para funcionamento até que seja sanada a infração. As empresas, cooperativas e os profissionais autônomos atingidos por esta norma, deverão adequar-se aos dispositivos impostos em 90 dias, a contar da publicação da lei.



NO PLENÁRIO



Bagueira (PPS)

Paulo Roberto de Mattos Bagueira Leal, apresentou o Projeto de Lei 102-2011 que institui mecanismos de estímulo à instalação de sistema de coleta e reutilização de águas servidas em edificações públicas e privadas. Se aprovado o projeto, a lei se aplicará às obras de ampliação e reforma que tenham consumo de volume igual ou superior a 20 metros cúbicos de água por dia e também a novas obras.

As chamadas águas cinza são aquelas depois de usadas nos chuveiros, banheiras, lavatórios, tanques e máquinas de lavar, entre outras. “Embora o Brasil possua 12% da água doce disponível no planeta, a oferta não é uniforme no território nacional. A maior parcela dos recursos hídricos encontra-se na Região Norte, distante dos centros urbanos onde se concentra a maioria da população brasileira e que estão, historicamente, localizados na faixa litorânea.

“Hoje não é incomum a falta de água nas grandes cidades. A chamada água cinza, depois de tratada adequadamente, pode ser reutilizada para regar jardins, lavar calçadas e automóveis e outras situações que não envolvam o consumo humano”, diz o vereador.

2613-6765
Gabinete 20
vereadorbagueira@gmail.com



Beto da Pipa (PMDB)

Roberto Fernandes Jales, o Beto da Pipa, cobrou do Executivo a paralisação das obras de reforma e ampliação da Policlínica Regional do Largo da Batalha. O vereador lembrou que os trabalhos foram paralisados há um ano sem que qualquer explicação fosse dada à população. Através de requerimento, ele cobra informações à Fundação Municipal de Saúde quanto aos motivos que levaram àquela paralisação e pergunta quando as obras serão retomadas.

Beto da Pipa, que é morador do Cantagalo, ressalta que, enquanto as obras não avançam, os pacientes são atendidos em condições precárias em containeres instalados ao lado da unidade, que servem de consultório para os médicos. Pela proposta original, a policlínica será ampliada, passando a funcionar no segundo andar. No térreo seria construída a segunda unidade pré-hospitalar de Niterói. A primeira funciona no Cafubá (Unidade Municipal de Urgência Mário Monteiro).

Beto preside a Comissão de Urbanismo, Transportes, Obras e Serviços Públicos; é vice da Comissão de Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Sustentabilidade; e membro efetivo da Comissão de Constituição e Justiça.

2620-3179
Gabinete 87
betodapipa@yahoo.com.br



CAL (PP)

Milton Carlos da Silva Lopes, o Cal, está preparando, juntamente com o colega de partido e primeiro vice-presidente da Câmara, vereador Carlos Magaldi, uma visita do senador Francisco Dornelles a Niterói.

Em abril, Magaldi e mais dois colegas entregaram ofício ao senador fazendo o convite. “Dornelles preside a Comissão Especial da Reforma Política, formada no Congresso Nacional para debater as novas regras para o processo eleitoral. Será uma oportunidade única para os demais vereadores, os outros partidos políticos, a sociedade civil organizada, a própria Imprensa e demais entidades, saberem mais sobre as decisões que serão tomadas”, explica o vereador Milton Cal.

Francisco Dornelles, que já recebeu o título de Cidadão Niteroiense, estará na Câmara em data ainda a ser confirmada.

Cal preside a Comissão de Desenvolvimento Econômico e Indústria Naval; é vice nas de Ciência, Tecnologia e Formação Profissional; e de Finanças, Orçamento, Defesa do Consumidor e Direitos do Contribuinte; além de membro efetivo das Comissões de Meio Ambiente e das Fundações Municipais.

2622-2911
Gabinete 38
vereadorcalcamaradeniteroi@yahoo.com.br



Carlos Macedo (PRP)

Carlos Alberto de Macedo, líder do governo na Câmara e presidente da Comissão de Finanças, Orçamento, Defesa do Consumidor e Direitos do Contribuinte, vai presidir três importantes audiências públicas. Duas, serão realizadas em maio; e uma no início de junho para discutir a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o exercício financeiro de 2012. A proposta será a última LDO analisada pela Câmara dos Vereadores no atual governo do prefeito Jorge Roberto Silveira.

Em abril, o líder Carlos Macedo também comandou outras duas audiências públicas que envolviam mensagens enviadas pelo chefe do Executivo municipal. A primeira, tratou da prestação de contas referente ao terceiro quadrimestre de 2010; já a segunda, discutiu a criação do Fundo de Mobilidade Urbana que, segundo o texto, tem por objetivo “criar e fixar as normas de funcionamento que darão suporte financeiro às políticas públicas municipais”.

Embora seja defensor dessas audiências como instrumento de transparência e debate de ideias, Macedo acredita que os vereadores “não devem convocá-las para temas de pouco interesse público”.

2613-6814
Gabinete 50
carlosmacedo1@oi.com.br



Emanuel Rocha (PDT)

Emanuel Jorge Mendes da Rocha apresentou o projeto de lei 58 que dispõe sobre a notificação de multas de trânsito no âmbito do município de Niterói. Pela proposta, a decisão da JARI no recurso interposto pelo motorista com base no Código de Trânsito Brasileiro (CTB) deverá ser comunicada ao interessado nos moldes das remessas de notificações de infração e avisos de autuação. De acordo com o vereador, o projeto de lei visa a “garantir aos municípios a ampla defesa no processo administrativo que impugna infrações de trânsito”.

Ele ressalta que “aplicada a penalidade, deverá ser expedida notificação ao proprietário do veículo ou ao infrator, por remessa postal ou por qualquer outro meio tecnológico hábil, que assegure a ciência dessa imposição”.

Pelo artigo 288 do CTB, as decisões das JARIs podem ser alvo de recurso no prazo de 30 dias, contados da publicação ou da notificação da decisão. Se aprovado o projeto, a notificação deverá conter o inteiro teor da decisão, o endereço e as instruções para interposição de recurso.

Emanuel Rocha ocupa a função de 1º secretário da Comissão Executiva.

2620-7313
Gabinete 80
dremanuelrocha@predialnet.com.br



Gallo (PDT)

Luiz Carlos Gallo de Freitas apresentou o Projeto de Lei 77/2011 que obriga, as empresas de *delivery* e que fazem atendimento ao cliente, a possuírem e divulgarem um número para recebimento de demanda e resposta através de SMS. O vereador justifica afirmando que “num mundo globalizado, não há lugar para discriminação de qualquer natureza. Em 2006, conforme dados da Organização Mundial de Saúde (OMS), havia no planeta 140 milhões de portadores de deficiência auditiva. Só no Brasil, são cerca de 5,7 milhões, também segundo dados de 2006 da OMS.”

Para o vereador, o Estado, embora sendo responsável por zelar pela saúde e bem-estar dos cidadãos, não formatou qualquer lei que contemple as necessidades dessas pessoas. “Desta forma, as iniciativas devem partir dos municípios. Mais uma vez, com esta lei, vamos colocar Niterói, de maneira positiva, em evidência no contexto nacional, possibilitando que os deficientes auditivos possam exercer o mesmo direito dos ouvintes, oferecendo melhor acessibilidade aos serviços”, ressalta.

Gallo preside a Comissão de Esporte, Turismo e Lazer da Câmara.

2620-4729
Gabinete 47
vereadorgallo@euvotogallo.com.br



NO PLENÁRIO



João Gustavo (PMDB)

João Gustavo Braga Xavier Pereira espera concluir o calendário de visitas às unidades municipais de saúde da cidade e realizar novas audiências públicas, ao longo do mês de maio, para debater os resultados obtidos. O vereador, que preside a Comissão de Saúde da Câmara, diz que o objetivo é saber da população e, principalmente, dos funcionários dos locais vistoriados, como está o sistema de saúde.

A primeira audiência foi realizada no auditório do Hospital Municipal Orêncio de Freitas, no Barreto, aberta à comunidade. Ao todo, 26 unidades, entre postos de atenção básica e hospitais serão visitados.

Por solicitação do vereador, a NitTrans instalou sinalização do tipo olhos de gato nas agulhas que delimitam as pistas da Estrada Francisco da Cruz Nunes, em toda a sua extensão, em Itaipu.

“Esta era uma reivindicação antiga dos moradores do bairro e dos motoristas que fazem aquele trajeto. A nova sinalização facilita mais a visualização dos limites daquela estrada à noite e evita, assim, os acidentes que se tornaram desnecessariamente comuns no local”, ressaltou João Gustavo.

2620-3732
Gabinete 58
gabinete@vereadorjoaogustavo.com.br



José Augusto Vicente (PPS)

José Augusto Tavares Vicente teve diversas indicações e solicitações aprovadas pelo plenário da Câmara dos Vereadores. Entre elas a que pede a poda de árvores em localidades distintas da Região Oceânica.

“Parece uma solicitação simples, mas é de suma importância. Em alguns locais, por exemplo, elas ofuscam a iluminação pública e propiciam a realização de assaltos a pedestres e residências. São serviços que deveriam ser rotina no Departamento de Parques e Jardins, mas como eles, muitas vezes, não são realizados a população cobra do vereador, que é quem está mais próximo”, afirma José Augusto.

Outras solicitações ao mandato do legislador referem-se a asfaltamento de vias públicas por parte da Empresa Municipal de Moradia, Urbanização e Saneamento (Emusa), e recolhimento de lixo pela Companhia de Limpeza de Niterói (Clin).

José Augusto preside a Comissão de Administração, Estatística e Servidores Públicos da Casa; é vice de Fiscalização das Fundações Municipais, Autarquias e Empresas Públicas; e membro da Comissão de Segurança Pública.

2613-6718
Gabinete 85
joseaugustovicente@hotmail.com



Leonardo Giordano (PT)

Leonardo de Souza Giordano realizou audiência pública, dia 27 de abril, para tratar da situação do Cinema Icaraí. O local, que está fechado há vários anos, é um dos espaços mais antigos da cultura niteroiense. Sua trajetória teve início em 1907, com o “Cinematographo Icarahy”, que funcionava ao ar livre, na Praça Getúlio Vargas, em frente ao prédio atual.

Giordano lembra que a Soter-Kopex, proprietária do imóvel, tenta demolir esse importante patrimônio para fazer mais um espigão no bairro de Icaraí, o mais adensado do mundo segundo levantamento feito por sua assessoria. A preservação do prédio histórico foi fruto da luta do vereador, que conseguiu seu tombamento pelo Instituto Estadual de Patrimônio Histórico e Cultural (Inepac). “Agora, de volta à Câmara, retomamos essa bandeira. Junto com os movimentos sociais e artísticos da cidade, lutamos pela desapropriação do prédio com a reabertura do cinema e sua transformação em um centro cultural público”, disse.

Na atual legislatura, ele preside a Comissão de Fiscalização das Fundações Municipais, Autarquias e Empresas Públicas; e atua como membro da Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final.

2620-6754
Gabinete 72
vereador@leonardogiordano.com.br



Magaldi (PP)

Carlos Alberto Pinto Magaldi teve aprovado, em primeira discussão, o projeto de lei 221, o qual determina que a administradora dos estacionamentos de Niterói fixe um mínimo de 80 centímetros de espaço entre um carro e outro. O vereador justifica a proposta para melhorar a locomoção de idosos, gestantes e deficientes físicos. “Os veículos estacionados nas ruas da cidade, quando enfileirados, ficam tão juntos uns dos outros que acabam impedindo a passagem de qualquer pessoa. A delimitação de espaço mínimo evitará transtornos aos pedestres”, explica o autor da lei.

Em todo o município, a Niterói Trânsito e Transportes (NitTrans) é quem administra as vagas disponíveis. Quanto as dificuldades levantadas, durante a leitura do projeto em plenário, referentes ao modo conforme seria medida a distância, o vereador justifica com o bom-senso. “Não há necessidade de fita métrica, basta que a NitTrans pinte no asfalto os espaços, tomando sempre por base os veículos maiores; e que os motoristas respeitem esses limites”, diz o vereador.

Magaldi faz parte da Mesa Diretora como 1º vice-presidente e integra outras comissões permanentes na Casa.

2622-9760

Gabinete 44

vereadormagaldi@yahoo.com.br



Padre Ricardo (PDT)

Wilde Ricardo Rocha, conhecido como Padre Ricardo, apresentou o projeto de lei 117/2011, estabelecendo o tombamento do tapete de sal confeccionado pelos fiéis durante a festa de Corpus Christi, tradicionalmente realizada na Avenida Amaral Peixoto, no Centro. A intenção é que ele passe a integrar o patrimônio histórico, artístico e cultural, de natureza imaterial, do município de Niterói.

“A festa de Corpus Christi é um evento que celebra a presença real e substancial de Cristo na Eucaristia. É sempre realizada na quinta-feira seguinte ao de Pentecostes. É uma festa de preceito para os católicos e é de comparecimento obrigatório participar da missa neste dia, na forma estabelecida pelo Código de Direito Canônico que determina ao bispo diocesano que a providencie, onde for possível”, explica o vereador.

Já o projeto de lei 119/2011, apresentado também pelo Padre Wilde Ricardo, em seu artigo 1º declara como Patrimônio Cultural Imaterial do município de Niterói a procissão e os festejos religiosos de São Sebastião do Barreto, e inclui o evento no calendário oficial de eventos da cidade.

2620-0196

Gabinete 35

vereador.padrericardo@gmail.com



Renatinho (PSOL)

Geivaldo Ribeiro de Freitas, o Renatinho, continua em defesa dos desabrigados das chuvas. Como presidente da Comissão de Direitos Humanos, protestou contra a desorganização em relação ao pagamento do aluguel social e a não construção de novas casas. Também esteve na Cantareira ao lado dos ambulantes e obteve, junto com estudantes e frequentadores da Praça Leoni Ramos, uma licença para que os camelôs continuassem a trabalhar ali e o local não fosse cercado.

O Campo de São Bento é hoje uma prioridade de Renatinho, que não quer o espaço com portões fechados, prejudicando idosos e pessoas com deficiência.

Na Região Oceânica, é contra as alterações pontuais do Plano Urbanístico para aumento de gabarito e liberação de novas construções sem licenciamento ambiental adequado e defende a permanência dos índios guaranis em Cambinhas. É contra a construção no bairro do empreendimento Resort de Morar.

Em Icaraí, luta para que novos prédios não sejam erguidos sem disponibilização de serviços públicos eficientes. Fixou posição contra a proposta do Estado de vender o Caio Martins.

2620-5074

Gabinete 68

mandatorenatinho@yahoo.com.br



NO PLENÁRIO



Renato Cariello (PDT)

Renato Ferreira de Oliveira Cariello apresentou a Indicação 785 sugerindo ao Poder Executivo Municipal convênio com o Governo do Estado. Pela proposta, que tem apoio de outros três vereadores, será implantado o Programa Estadual de Integração na Segurança (Proeis). A ideia central é que policiais militares, em dias de folga, possam prestar serviço no patrulhamento ostensivo da cidade, recebendo através do convênio firmado.

“O efetivo do 12º Batalhão de Polícia Militar, localizado neste município e com abrangência até Maricá, encontra-se abaixo do previsto, o que acarreta prejuízo na distribuição quantitativa operacional em nossa cidade. Por conta disso, existe a necessidade da realização do convênio entre o Estado do Rio e Niterói, com objetivo de tornar essa atuação conjunta mais efetiva”, destaca o vereador.

Cariello preside a Comissão de Segurança Pública e Controle Urbano da Câmara dos Vereadores. Lembra que o Estado, sempre que solicitado, tem ajudado os municípios na tentativa de melhorar as condições de segurança. O Proeis foi implantado pelo decreto 42.875, de 15 de março de 2011.

2620-7935
Gabinete 67
renatocariello@oi.com.br



Rodrigo Farah (PRP)

Rodrigo Flach Farah aprovou o projeto de lei 2.760/2010, que dispõe sobre a obrigatoriedade de afixação nos postos de combustíveis, de cartaz com informação do percentual de diferença entre os preços da gasolina e do álcool. “Queremos que essa diferença percentual, entre o valor do litro da gasolina e o valor do litro do álcool (etanol), esteja afixada em local visível em todas as bombas de combustíveis”, explica o vereador.

O descumprimento dessa lei implicará ao infrator, as seguintes sanções administrativas: advertência; multa, que dobra em caso de reincidência; e suspensão do alvará de funcionamento do estabelecimento até que se faça sanar a infração.

“Atualmente, muitos carros podem ser abastecidos com álcool ou gasolina. Os carros flex têm agradado os consumidores, pois eles podem optar pelo combustível mais barato, mas às vezes o mais barato pode sair caro”, ressalta. Os postos de gasolina têm prazo de 30 dias para se adequarem a esta Lei.

Farah preside a Comissão de Constituição e Justiça da Câmara e é membro efetivo das Comissões de Saúde e Urbanismo.

2613-6832
Gabinete 42
vereadorrodriгоfarah@gmail.com



Sérgio Fernandes (PDT)

Sérgio Fernando Damas Fernandes apresentou em abril o projeto de lei 104, instituindo o Programa S.O.S. Medicamentos. A proposta é captar doações de remédios e produtos de uso médico, visando promover a doação aos mais carentes. Fernandes justifica a iniciativa alegando que a grande maioria da população não sabe que destinação dar à sobra de remédios armazenados em suas casas. Muitos medicamentos têm como destino, segundo o vereador, o fundo de uma gaveta ou armário, outros vão até para o lixo, acarretando risco de contaminação do solo ou envenenamento por descuido.

Caso a lei seja aprovada, ficará o município responsável por captar as doações e, posteriormente, fazer a distribuição à população carente, desde que seja apresentada uma receita médica. O vereador espera sensibilizar os cidadãos, entidades da sociedade civil e pessoas jurídicas de direito público e privado para a colaboração direta com o suprimento de medicação para a população carente de acordo com as normas que serão estabelecidas pela Prefeitura de Niterói.

Sérgio Fernandes é 2º secretário da Mesa Diretora da Câmara.

2613-6782
Gabinete 51
vereadorsergiofernandes@yahoo.com.br



Vitor Júnior (PT)

José Vitor Vieira Bissonho Junior realiza este mês audiência pública para discutir o atraso na conclusão das obras do empreendimento imobiliário denominado Grand Valey Niterói, localizado à Rua Doutor Paulo César, 137, em Icaraí. O empreendimento vai abrigar 219 apartamentos, distribuídos por três blocos, que começaram a ser vendidos em 2007.

“A previsão de entrega inicial era para o primeiro semestre de 2010. Um ano depois do prazo previsto, a construtora mudou a previsão de conclusão física da obra para abril de 2012. Como conclusão física da obra não significa prazo para entrega, os compradores, que já sofrem com o atraso de um ano, ainda terão que esperar, no mínimo, mais outro ano para terem condições de, finalmente, se mudar”, afirma o vereador.

Destaca o legislador que muitos desses compradores estão adquirindo a primeira casa própria e se organizaram para fazer a mudança em 2010. “Com o atraso, continuam pagando aluguel ou morando com parentes, numa situação bastante delicada. Questionada sobre os motivos do atraso, a construtora diz que teve problemas com o terreno”, diz Vitor Junior.

2613-6797
Gabinete 21
vereadorvitorjunior@gmail.com



Waldeck Carneiro (PT)

Waldeck Carneiro da Silva vai presidir audiência pública, no próximo dia 18, Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual Contra Crianças e Adolescentes, às 20 horas, no Plenário Brígido Tinoco, da Câmara Municipal, reunindo autoridades e pessoas interessadas no assunto.

“Conforme denuncia o Fundo das Nações Unidas para a Infância, o Unicef, dentre as diversas manifestações de violência contra crianças e adolescentes, as mais incidentes são o abuso sexual praticado por integrantes da própria família e a exploração sexual para fins comerciais, como a prostituição, a pornografia e o tráfico”, explica o legislador.

Para Waldeck, além de crime e cruel violação dos direitos humanos, essas agressões acabam resultando em danos irreparáveis para o desenvolvimento físico, psíquico, social e moral das crianças e dos adolescentes.

“Entre outras graves consequências, as vítimas estão sujeitas à dependência de drogas, à gravidez precoce e indesejada, a distúrbios comportamentais e doenças sexualmente transmissíveis”, diz o vereador.

2621-0505
Gabinete 11
vereadorwaldeck@gmail.com



Zaff (PDT)

José Antonio Toro Fernandez, o Zaff, fez várias indicações em abril, destacando-se a criação dos programas “Saúde na Rua” e “Turismo Educativo” e a campanha de trânsito “Multa Moral”.

O “Saúde na Rua” tem como base a elaboração de estratégias para levar meios de preservar a saúde da população, através de ações em espaços públicos da cidade, principalmente naqueles com grande fluxo de pessoas. O programa contempla a implantação de pequenas unidades com material e estrutura para o atendimento de problemas de saúde leves e pequenos acidentes. Também estão previstas barracas informativas que orientem os cidadãos, formação de mutirões gratuitos de exames de pressão arterial, glicemia e outros. Zaff sugere a implementação de parcerias público-privadas e de convênios com universidades e faculdades a fim de possibilitar aos acadêmicos de saúde contato e aprendizado no atendimento à população.

O “Turismo Educativo” visa a possibilitar aos alunos, pais, mães e profissionais da educação da rede municipal de ensino, o acesso ao acervo cultural, artístico e turístico de Niterói.

2620-1321
Gabinete 89
zaff@zaff.com.br



Einstein em exposição na semana do Holocausto

Foi realizada em abril sessão solene para lembrar os judeus mortos durante a Segunda Guerra Mundial. Para marcar a data, personalidades ligadas ao movimento judaico e pela paz foram homenageadas. Após a sessão presidida pelo vereador Padre Ricardo, foi aberta no saguão principal uma exposição sobre a vida e a obra do cientista Albert Einstein, que também foi perseguido pelos nazistas. A mostra documental e fotográfica “Albert Einstein: cientista, judeu e pacifista”, atraiu centenas de estudantes, professores e público em geral, à Câmara de Vereadores.

Heraldo Mesquita, professor de Geografia do Liceu Nilo Peçanha, trouxe duas turmas do terceiro ano para conhecer a mostra. “Vi esta exposição no CentroCultural Banco do Brasil, no Rio, e fiquei maravilhado. Foi uma grata surpresa descobrir que ela podia ser vista bem ao lado da nossa escola. Aprendemos que Einstein, o grande cientista do século 20, foi um aluno médio, não era um gênio. Tinha dificuldades como os alunos



Estudantes do Liceu Nilo Peçanha em visita à exposição sobre a vida e obra de Einstein na Câmara

normais. Tirava notas baixas; mas deu uma lição à humanidade. Teve três cidadanias e tornou-se um cidadão do mundo”, disse.

Roberta Alvarenga, de 18 anos, se disse impressionada com a biografia do físico. “A história da Teoria da Relatividade ser usada

mais tarde para a produção da bomba atômica, sendo ele um pacifista, é fantástica”, afirmou. Outra estudante, Hebe de Almeida Lopes Modesto, 18 anos, disse que a foto de Einstein mostrando a língua passava-lhe a impressão de ele ser um maluco, “quando na verdade era um gênio”.

Sessão solene marca os 80 anos da AFAC



Bagueira recebe um exemplar da Lei Orgânica de Niterói escrita em Braille

Os 80 anos da Associação Fluminense de Amparo aos Cegos (Afac) foram lembrados em sessão solene realizada na Câmara de Vereadores, por iniciativa do presidente Paulo Bagueira. A mais antiga instituição filantrópica de Niterói foi representada no evento por seu presidente, Omar Luiz Rocha da Silva, que doou ao Legislativo a Lei Orgânica do Município escrita em Braille, além de 18 placas, que foram afixadas na porta de cada um dos gabinetes dos vereadores, também em escrita tátil. “É mais uma maneira de ampliar a acessibilidade da Casa”, ressaltou Bagueira. Participaram do ato a subsecretária-executiva da Secretaria Estadual de Assistência Social e Direitos Humanos, Maria Célia Vasconcelos; Lizair Guarino, presidente da Pestalozzi; o vereador Renatinho, presidente da Comissão de Direitos Humanos, da Criança, do Adolescente, do Idoso da Mulher e da Pessoa com Deficiência.

Barcas culpa déficit por atrasos



Vitor Junior, presidente da CPI das Barcas, mostra no telão as denúncias apuradas pela comissão

Uma das audiências públicas mais concorridas de abril foi a da CPI das Barcas, que discutiu o serviço prestado pela concessionária e o destino do prédio da Cantareira, em São Domingos. Depois de aberta pelo presidente do Legislativo, vereador Paulo Bagueira, a sessão foi comandada pelo vereador Vitor Junior, que preside a CPI. Compuseram a mesa o deputado estadual Gilberto Palmares (PT); e os representantes da Secretaria Estadual de Transportes, Sergio Muros; da Agetransp, José Luiz Lopes Teixeira; e a gerente jurídica da Barcas S/A, Heloisa de Castro.

Vitor Junior relatou os principais problemas levantados durante as visitas realizadas pela comissão, recebidos através de denúncias de usuários e em reportagens publicadas na imprensa. “A nossa rotina foi de filas gigantescas, exagerado tempo de espera para embarque, dificuldade de acesso para deficientes físicos

e idosos e muitos acidentes no período”, ressaltou Vitor. Entre as sugestões colhidas pela CPI estão a ampliação do número de roletas, aquisição de novas embarcações e volta da barca durante a madrugada.

Outro tema polêmico foi a utilização da Estação Cantareira. “A concessionária sempre negou que houvesse acordo com a Prefeitura para que o terreno ao lado, usado hoje como estacionamento, tivesse um fim cultural. Mas um termo de utilização, assinado pelo empresário Amaury de Andrade e o ex-prefeito Godofredo Pinto, derruba a afirmação”, disse.

O deputado Gilberto Palmares, que comandou CPI semelhante na Alerj, disse que “o serviço prestado à população é tão ruim que, para piorar, seria muito difícil”, acusando a Secretaria Estadual de Transportes de ser “conivente” com a concessionária.

Heloisa de Castro reconheceu que o serviço não é o ideal e justificou a falha com um déficit orçamentário de R\$ 450 milhões. “Assumimos uma empresa deficitária, a antiga Conerj, com graves problemas estruturais e nossas receitas não cobrem a operacionalidade. O desequilíbrio econômico-financeiro, provocado pela demanda de passageiros inferior àquela apontada inicialmente, é a causa principal”, disse.

Num dos momentos mais tensos da audiência, Heloisa afirmou que a Cantareira “é uma área particular e que a Barcas SA dá o destino que quiser ao espaço”. Também participaram da audiência como observadores o deputado estadual Felipe Peixoto (PDT), e os vereadores Leonardo Giordano e Waldeck Carneiro. O relatório final da CPI das Barcas estará pronto nos próximos dias. Também integram a comissão os vereadores Carlos Magaldi, Beto da Pipa, Rodrigo Farah e Carlos Macedo.

Escola Técnica pode ficar no prédio dos Correios, sugere vereador

O vereador Waldeck Carneiro fez indicação aos ministros das Comunicações, José Artur Filardi Leite, e da Educação, Fernando Haddad, para que o prédio da antiga agência dos Correios, no Centro, “sedie o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (Ifet), a fim de permitir que Niterói amplie as possibilidades de formação técnica para jovens, bem como aos municípios vizinhos, tendo em vista a demanda de formação profissional do polo de Itaboraí”.

Outros vereadores entraram na luta para implantar na cidade o Ifet. Por iniciativa do ve-

reador Vitor Junior, foi realizada audiência pública para discutir o assunto. Os vereadores Paulo Bagueira, Carlos Magaldi e Waldeck Carneiro estiveram em Brasília, onde, entre outros temas, discutiram com o ministro das Relações Institucionais, Luiz Sérgio, a cessão do prédio abandonado dos Correios, no Centro, que poderá abrigar a nova unidade educacional. À audiência pública compareceram o deputado federal Chico D’Ángelo (PT); o representante do Ministério da Educação, professor Luiz Caldas; o secretário-executivo do Consórcio Intermunicipal da Região Leste Fluminense, Álvaro Adolpho; representando o Se-

brae, Américo Diniz; e Fernando Marmolejo, do Programa das Nações Unidas para Grandes Assentamentos Humanos.

Luiz Caldas lembrou que a União tem uma dívida histórica com Niterói que remonta ao início do século passado. “Deveria ter sido implantado aqui, em 1909, uma das 20 escolas técnicas propostas pelo governo federal. Por não ter um local definido, a escola acabou indo para Campos”. O secretário-executivo do Conleste destacou que “com esta escola teremos condições de suprir a mão de obra necessária ao Comperj com pessoas da região”.



Abolição da escravidão um mês antes em Niterói

Os livros escolares ensinam que a libertação dos escravos no Brasil ocorreu em 13 de maio de 1888. Foi assim que aprendemos e é assim que ensinamos aos nossos filhos. Entretanto, confirmando a posição de vanguarda que remonta aos tempos do Império, Niterói saiu na frente. Exatamente um mês e nove dias antes de a princesa Isabel assinar a Lei Áurea, os negros já estavam libertos nas terras de Araribóia. O vereador Vitor Próspero David teve seu projeto de lei aprovado, dando liberdade aos escravos da cidade, como registram as atas das sessões plenárias da Câmara no século XIX. Nessa época, os vereadores se reuniam no Jardim São João, mesmo prédio onde funcionava a cadeia pública.

Em 4 de abril de 1888 o vereador e presidente da Câmara, João Francisco Fróes da Cruz, propôs que seus colegas se dividissem em comissões abolicionistas. O trabalho das comissões evoluiu à aprovação da proposição do vereador Próspero David. Um grupo de vereadores foi, então, encarregado de percorrer as diversas freguesias e inventariar os escravos existentes. Com a decretação da Lei Áurea, 39 dias depois, a generosa proposição de David tornou-se inócua, mas manteve o pioneirismo da Câmara niteroiense.

Com as constantes demonstrações de força e simpatia, o Movimento Abolicionista conseguiu quebrar a resistência de fazendeiros, que passaram a aceitar a libertação dos escravos, mas reivindicavam uma indenização pelos braços que viessem a perder. Contra a proposta colocou-se

imediatamente José do Patrocínio, através de editoriais publicados na imprensa. Patrocínio considerava que o pagamento de indenizações equivaleria a “transformar a carne humana em um mercado vil e injustificável”.

Fonte de Pesquisa

Apesar do interesse dos estudantes, historiadores, geógrafos e pesquisadores que visitam o local, o grande público ainda não conhece o enorme acervo guardado no subsolo da Câmara dos Vereadores. Com 482 metros quadrados, 18 funcionários e, aproximadamente, 2,3 milhões de documentos, sendo 11.492 deles considerados de altíssimo valor histórico, o arquivo é o registro de uma época.

Entre as relíquias está a primeira ata da Casa, datada de 11 de agosto de 1819.

O responsável pela guarda de todo esse material é o técnico em arquivos Rubens Carrilho Fernandes, de 55 anos. O chefe do Arquivo é funcionário da Câmara há 29 anos e está à frente do setor há quatro. “Aqui guardamos todos os projetos, indicações, requerimentos, tudo o que os vereadores apresentaram desde 1819”, diz Rubens.

Com nome oficial de Arquivo Administrativo e Pesquisa Divaldo Aguiar Lopes, que foi historiador, advogado e jornalista, o local está entrando na era cibernética. “Já começamos a digitalizar os documentos e os de 1947 a 2007 podem ser consultados em nosso computador”, revela. O arquivo está aberto à visitação de todos os interessados, bastando que seja feita uma solicitação ao Gabinete da Presidência. A consulta costuma ser liberada na hora.



Reprodução/Arquivo da Câmara

O Arquivo da Câmara guarda a foto da festa no Palácio da Província de Niterói após a assinatura da Lei Áurea.